

**Projeto:** Entre a Casa, as Ruas e as Instituições: crianças e adolescentes em situação de rua e as instituições de acolhimento no estado do Rio de Janeiro

Levantamento da Produção Acadêmica sobre Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (2000-2021)

**Coordenação:** Irene Rizzini (PUC-RIO/CIESPI - Apoio: FAPERJ/CNE)

## Ficha

1) Referência – LEAL, Noemia Soares Barbosa; ALBERTO, Maria de Fatima Pereira. Política de acolhimento e juventude: a problemática da inserção na formação profissional. Psicologia Ciência e Profissão, Brasília, v. 41, 2021.

2) Resumo e Palavras-Chave – O artigo objetiva analisar as relações que a política de acolhimento estabelece com a juventude em idade de inserção na formação profissional. Pressupõe-se que não há um planejamento sistematizado da política de acolhimento voltado à inserção dos jovens que atendam ao critério de idade na formação profissional, havendo ações pontuais e descontínuas. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e exploratória de campo, realizada em sete instituições de acolhimento de um município da Paraíba. A pesquisa documental foi guiada por um protocolo elaborado pelas autoras, a partir do qual se buscaram informações para caracterização dos(as) jovens e das experiências registradas como a formação acessada. No diário de campo, fizeram-se anotações de caráter reflexivo, especulativo e descritivo. Procedeu-se a uma análise descritiva e de conteúdo, baseada na literatura que trata da temática. Os resultados apontam que dos(as) 51 jovens caracterizados(as), apenas 29 foram inseridos(as) na formação profissional, com prevalência no programa Jovem Aprendiz. Dentre os obstáculos mais enfatizados para inserção na formação profissional, está a defasagem escolar dos(as) jovens, que, somada à falta de clareza dos(as) profissionais sobre o que configura a formação profissional, conduziu a inserções em qualificações diversas e desvinculadas de uma proposta de inserção no mercado de trabalho. Aponta-se a necessidade de investimento na política de acolhimento em sua articulação com a política de formação profissional, a fim de contribuir para o desenvolvimento juvenil, com potencial de colaborar para a construção de projetos de vida e para a inserção no mercado de trabalho.

Palavras-Chave: juventude; acolhimento institucional; formação profissional; política social.

3) Objetivo do estudo – Analisar as relações que a política de acolhimento estabelece com a juventude em idade de inserção na formação profissional.

4) Tipo de pesquisa – Qualitativa.

5) Período da pesquisa – O recorte temporal da pesquisa contemplou os anos de 2007 a 2018.

6) Forma de coleta de dados – Tratou-se de uma pesquisa qualitativa e exploratória de campo, em que se “trabalha

com o universo de significados” sobre determinado tema (Minayo, 2001, p. 22), realizada diretamente no local dos levantamentos. Identificaram-se na pesquisa, a partir dos documentos, jovens na condição de acolhidos(as) e egressos(as) do acolhimento, os(as) quais serão tratados neste artigo. A pesquisa foi realizada em instituições de acolhimento de um município da Paraíba. Das nove instituições de acolhimento existentes, sete participaram da pesquisa por preencherem os critérios de trabalhar ou ter trabalhado com jovens com idade para formação profissional, abrangendo jovens em situação de acolhimento entre 15 e 18 anos e egressos(as) entre 18 e 24 anos. Foi empregada a pesquisa documental, guiada por um protocolo elaborado pelas autoras e pelo diário de campo. Assumiu-se como documento qualquer suporte que contivesse informações e que pudesse servir para a consulta, incluindo impressos e manuscritos (Appolinário, 2009). O protocolo foi elaborado com o objetivo de direcionar a pesquisa documental, a partir da busca por informações que permitissem caracterizar os(as) jovens – sexo, idade, motivo do acolhimento e status de institucionalização – e identificar as informações relativas à inserção destes(as) na formação profissional. Os critérios para pesquisa documental foram: integrar os prontuários de instituições de acolhimento que tivessem jovens acolhidos(as) ou egressos(as) com inserção na formação profissional durante o período de acolhimento; referir-se a jovens entre 15 e 29 anos, que estivessem acolhidos(as) no momento da coleta ou tivessem sido desligados(as) entre os anos de 2007 e 2018, a fim de enquadrar-se na faixa etária assumida como juventude. O diário de campo foi apropriado como ferramenta descritivo-analítica para registro de informações que extrapolavam os documentos, por não terem sido neles identificadas ou por demandarem confirmação ou esclarecimento. Tais anotações derivaram de conversas informais com os(as) coordenadores(as) ou integrantes da equipe técnica (psicólogo(a) e/ou assistente social); da observação em campo; das contradições e conflitos identificados; assim como das impressões e reflexões oriundas da pesquisa (Triviños, 1987; Lima, Mioto, & Prá, 2007), cujos registros ampliaram o universo informacional do trabalho.

7) Forma de análise dos dados produzidos / referencial teórico – Parte dos dados resultantes da pesquisa documental, obtidos mediante uso do protocolo, foram analisados descritivamente (média), a fim de caracterizar os(as) jovens com trajetória em acolhimento e a formação profissional por eles(as) acessada. A análise de conteúdo (Minayo, 2010) guiou a categorização de outra parte dos dados – por exemplo, procedência dos documentos e tipo de formação acessada. Do diário de campo foram retirados trechos para aprofundar a análise e a reflexão dos dados coletados.

8) Resultados / dados produzidos – Nesse sentido, observou-se que a variedade quanto ao tipo e a procedência documental aponta para a necessidade de articulação da política de acolhimento com outros serviços e equipamentos da rede socioassistencial, como estratégia para responder à complexidade das trajetórias juvenis. Contudo, a não sistematização no registro na atualização, na organização e no arquivamento dos prontuários individuais é um indicador do modo de operacionalização da política de acolhimento, refletindo na dificuldade para

acessar e conhecer as características do público que atende, assim como os encaminhamentos realizados. Fica evidente a débil intervenção do Estado ante a responsabilidade de garantia da proteção social e do desenvolvimento para aqueles(as) que, segundo o ECA, são prioridade absoluta. Identificou-se, dentre outras informações, que pequena parcela dos(as) jovens atualmente acolhidos(as) com idade para formação profissional de fato acessa programas de aprendizagem, os quais continuam operando de forma paliativa e com ganhos individuais em detrimento da coletividade. Isso confirma o pressuposto de que não há um planejamento sistematizado da política de acolhimento voltado à inserção dos(as) jovens que atendam ao critério de idade na formação profissional, havendo ações pontuais e descontínuas. Falta também clareza do que configura a formação profissional para os(as) profissionais do acolhimento, o que, somado à defasagem escolar dos(a) jovens, concorre para a inserção em uma qualificação diversa, seja nos cursos técnicos, seja nas oficinas, ambas desvinculadas de uma proposta formativa que alie teoria e prática e seja voltada para a inserção no mercado de trabalho. Como consequência de um ensino empobrecido, a formação ou qualificação restringe-se a instrumentalizar os(as) jovens nas competências mais elementares, que, no entanto, não contribuem para o desenvolvimento integral nem, tampouco, representam possibilidade de inserção no mercado de trabalho. A formação ou qualificação que, num primeiro momento, tem aparência de ganho para o(a) jovem institucionalizado(a), pode mostrar-se mais à frente insuficiente, ineficaz e excludente.

9) Recomendações – Nesse sentido, os dados encontrados demonstram a necessidade de aprofundar os estudos a fim de compreender os objetivos que se pretende alcançar por meio da oferta e inserção dos(as) jovens nessa qualificação, visto que as ações da política de acolhimento devem estar previstas e intencionalmente definidas no projeto político-pedagógico. Por outro lado, o projeto de vida não se restringe à formação para inserção no mercado de trabalho, mas deve estar relacionado a uma consciência coletiva e à apropriação da atividade de trabalho para as realizações mais desenvolvidas da humanidade. Destaca-se, portanto, a necessidade de mudanças nos rumos das políticas de educação e trabalho para que atendam às necessidades específicas dos(as) jovens e estejam em consonância com “as exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento pessoal e social do educando” (Lei n. 8.069, 1990, art. 68). Não há como avançar na inserção em formação profissional sem um trabalho para correção de fluxo escolar e, em se tratando da formação profissional, os(as) jovens devem ser guiados(as), sobretudo pela aprendizagem educativa, em que pese às metas produtivas enredadas nesse processo.

10) Observações e destaques –

Ficha construída a partir de trechos extraídos do texto original.